

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: UM PROGRAMA DE EXTENSÃO E PESQUISA

Gabriel Kraychete *
Camille Gonçalves de Argolo **
Francisco Gonçalves Mariano Junior ***
Kassandra Lopes Maia ****

RESUMO: *Este texto tem por objetivo apresentar uma sistematização das atividades realizadas no âmbito do programa de pesquisa e extensão direcionado à economia dos setores populares, desenvolvido pela Universidade Católica do Salvador. Por seu conteúdo e características, trata-se de um programa pioneiro implementado pela UCSal em nosso estado. Iniciado em 1999, este programa busca contribuir para a obtenção de ganhos em eficácia das iniciativas populares vinculadas à geração de trabalho e renda, como um dos caminhos para a afirmação da cidadania e superação das desigualdades sociais. O estudo delimita o contexto no qual ganha relevância o tema da economia popular solidária e apresenta uma breve caracterização da economia dos setores populares, indicando as principais dificuldades e desafios ao seu desenvolvimento. Em seguida, descreve os objetivos do programa e as atividades realizadas, analisando os procedimentos adotados nos cursos e assessorias bem como os resultados alcançados. Voltadas inicialmente para um trabalho de extensão, as ações desenvolvidas a partir deste programa vêm suscitando desdobramentos no campo da pesquisa e do ensino, ensejando a realização de trabalhos e monografias em cursos de graduação. Estas atividades, por sua vez, contribuem para retroalimentar o trabalho de extensão, que compõe o caráter primordial deste programa.*

Palavras-chave: Economia popular; Pesquisa; Extensão

INTRODUÇÃO

Apesar de relativamente novo, o tema da economia popular solidária¹ vem adquirindo uma importância e uma repercussão expressiva, despertando interesses e iniciativas de organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, universidades e de órgãos governamentais. Foi criado o fórum nacional e surgem fóruns municipais e regionais para o desenvolvimento da economia solidária, expandiu-se a oferta de micro-crédito, universidades desenvolvem pesquisas e implantam incubadoras de cooperativas populares. Em 2003, o governo do Brasil criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho. Tudo isto ocorre, sobretudo, a partir dos últimos cinco anos, num contexto em que a tendência ao desemprego estrutural e às transformações na forma de estruturação do trabalho que dominou o

* Mestre em Economia, professor titular da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Coordenador do programa de pesquisa e extensão Economia dos Setores Populares, vinculado ao Núcleo de Estudos do Trabalho (NET - UCSal.). gabrielk@ucsal.br

** Graduanda em Economia da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Estagiária bolsista da UCSal.

*** Graduando em Economia na Universidade Católica do Salvador – UCSal. Estagiário da CAPINA.

**** Graduanda em Serviço Social na Universidade Católica do Salvador – UCSal. Estagiária bolsista da UCSal.

¹ A partir do final da década de 90, os termos economia solidária ou economia popular solidária passam a ser utilizados para designar as atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas sob a forma associativa e autogestionária

século XX — o trabalho assalariado regular — redefinindo as possibilidades de trabalho para milhões de pessoas, emergem como uma questão social premente.

Este estudo tem por objetivo apresentar uma sistematização das atividades realizadas no âmbito do programa de pesquisa e extensão direcionado à economia dos setores populares, desenvolvido pela Universidade Católica do Salvador. Por seu conteúdo e características, trata-se de um programa pioneiro implementado pela UCSal em nosso estado. Iniciado em 1999, este programa busca contribuir para a obtenção de ganhos em eficácia das iniciativas populares vinculadas à geração de trabalho e renda, como um dos caminhos para a afirmação da cidadania e superação das desigualdades sociais. Participam do programa, com o apoio da Pró-Reitoria Comunitária, três bolsistas da UCSal, além de um estagiário da CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração alternativa (ONG sediada no Rio de Janeiro).

Este texto está dividido em três seções. A primeira contém um sumário das principais mudanças na estrutura do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador - RMS nos últimos dez anos, delineando o contexto no qual ganha relevância o tema da economia popular solidária. Neste item também é feita uma breve caracterização da economia dos setores populares, indicando as principais dificuldades e desafios ao seu desenvolvimento. A segunda seção descreve os objetivos e o público do Programa e, a terceira apresenta as atividades realizadas, analisando-se os procedimentos adotados nos cursos e assessorias bem como os resultados alcançados.

CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

Entre 1993 e 2003, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desemprego na Região metropolitana de Salvador aumentou de 15,1% para 19,8%, correspondendo a um aumento do número de desocupados de, aproximadamente, 180 mil para 330 mil pessoas. Este aumento da desocupação foi acompanhado por mudanças importantes nas formas de incorporação dos trabalhadores à atividade produtiva, com a redução do número de trabalhadores assalariados, o crescimento do número de trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Ou seja, o emprego existente tornou-se mais precário, pois 6 em cada 10 novas vagas de empregos assalariados, criadas entre 1993 e 2003 corresponderam a empregos “sem carteira assinada”. Além disso, a remuneração média dos trabalhadores por conta própria é inferior à dos assalariados com carteira assinada. O conjunto dos desocupados, dos assalariados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria somam mais de 886 mil pessoas, correspondendo a 53% da População Economicamente Ativa.

Diante de oportunidades de emprego regular cada vez mais restritas, a reprodução da vida de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, de uma economia que abrange inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa. O conjunto destas atividades compõe uma *economia dos setores populares* que possui uma racionalidade econômica peculiar. Trata-se de uma economia ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, subordinada, sobretudo, à lógica da *reprodução da vida da unidade familiar*. Ou seja, no caso dos integrantes dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar dessas pessoas.

Tal como existe hoje, entretanto, esta economia dos setores populares - embora envolva um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços -, apresenta-se de forma dispersa e fragmentada, sendo marcada, principalmente, pela precariedade. Em grande parte, o trabalho individual e/ou familiar é realizado no próprio domicílio e os clientes são os moradores do

próprio bairro, constituindo um circuito de *pessoas pobres trabalhando para outras pessoas pobres*. O rendimento médio proporcionado por este tipo de trabalho é inferior ao do trabalhador assalariado com carteira assinada.

Os empreendimentos associativos também apresentam grandes fragilidades. Em geral, os seus integrantes enfrentam dificuldades para tocar os seus próprios negócios e não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa dos empreendimentos que realizam. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão e os estudos de viabilidade tomam por referência o conhecimento existente para as empresas de médio ou grande porte, distanciando-se das realidades encontradas nos empreendimentos econômicos populares.

O grande desafio enfrentado pelas organizações econômicas populares é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras. Isto requer o aprimoramento e a amplificação de conhecimentos adequados à realidade específica dos empreendimentos da economia popular solidária. É exatamente neste campo que se situam as ações desenvolvidas no âmbito deste programa, a exemplo das assessorias, curso de extensão, pesquisas e publicações.

OBJETIVOS E PÚBLICO DO PROGRAMA

O programa apresenta os seguintes objetivos:

- Aportar elementos à compreensão teórica de uma realidade emergente, na qual a economia dos setores populares ganha um novo significado e importância;
- Fortalecer a autonomia e a capacidade de iniciativa das organizações econômicas populares no domínio das condições necessárias à viabilidade econômica e associativa dos empreendimentos que desenvolvem;
- Complementar a formação acadêmica de alunos de diferentes áreas e suscitar cursos, monografias e linhas de pesquisa centrados na temática do programa;
- Transferir os resultados esperados para a universidade e para a sociedade através de publicações, seminários e encontros mais amplos com representantes de instituições públicas e entidades não governamentais envolvidas com os aspectos contidos no campo temático do programa.

Coerente com estes objetivos, o programa está direcionado para o seguinte público:

- gestores de organizações econômicas populares, técnicos de ONGs, de órgãos governamentais, estudantes e professores que atuam no campo da economia dos setores populares;
- lideranças de articulações de desenvolvimento local da economia dos setores populares.

ATIVIDADES E RESULTADOS

O Programa engloba atividades de assessoria direta às organizações econômicas populares, cursos de extensão, pesquisas, seminários e elaboração de textos que retroalimentam o trabalho de extensão. O contato direto com as organizações populares, por sua vez, contribui para a produção de novos conhecimentos, que se desdobram no campo da pesquisa e do ensino. Apresentam-se, a seguir, as atividades que compõem o Programa, analisando-se os procedimentos adotados e os resultados alcançados.

Curso de extensão em viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos.

Trata-se de um curso pioneiro, iniciado em 2003, em parceria com a Cooperação e Apoio a projetos de Inspiração Alternativa - CAPINA, objetivando formar agentes e pesquisadores capazes de desenvolver e aplicar instrumentos, conhecimentos e práticas de gestão adequados à realidade específica dos empreendimentos econômicos associativos. O curso possui uma carga horária de 128 horas, sendo 80 horas presenciais distribuídas em dois módulos de 40 horas cada. No intervalo entre um módulo e outro, cada participante do curso elabora o estudo de viabilidade do empreendimento associativo junto ao qual realiza o trabalho de assessoria. A revisão e o ajuste de cada estudo são retomados no segundo módulo.

O público do curso é formado por técnicos de ONGs, de órgãos governamentais, estudantes e professores que assessoram os empreendimentos associativos. Para que o curso atinja efetivamente o público ao qual se destina, a indicação dos participantes é feita pelas organizações de fomento e assessoria aos empreendimentos associativos. Uma condição para participar do curso é que cada candidato envie, previamente, uma ficha de identificação do empreendimento junto com o qual fará o estudo de viabilidade. O curso, desta forma, busca formar agentes capazes de desenvolver e utilizar instrumentos adequados à realidade específica dos empreendimentos associativos, formando multiplicadores.

A experiência do Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSal e o acervo acumulado pela CAPINA, em quase 15 anos de assessoria direta a mais de 120 organizações populares em 20 estados do país, conferem o suporte a uma metodologia de formação apropriada para o tipo de público a que se destina, sobretudo naquilo que representa uma das grandes debilidades das organizações econômicas populares: a elaboração e entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade das atividades que desenvolvem, em seus aspectos econômicos e associativos.

O curso já completou sua terceira turma e, para o segundo semestre de 2005, estão programadas mais duas turmas: uma em Salvador e, outra, no Rio de Janeiro. Os alunos que já concluíram o curso elaboraram os estudos de viabilidade dos empreendimentos assessorados, beneficiando, indiretamente, cerca de 3000 pessoas. Com os participantes do curso foi constituída uma rede, através da qual são trocadas informações sobre os conteúdos tratados a partir do trabalho concreto realizado por cada um. Esta rede é ampliada com os participantes de cada nova turma.

O principal resultado do curso constitui-se na produção de conhecimentos voltados para o entendimento das condições necessárias à viabilidade econômica e associativa dos empreendimentos da economia popular solidária. Ou seja, o curso marca uma diferença entre uma simples transferência de conteúdos e uma atividade formativa mais ambiciosa, na qual os sujeitos do processo se descobrem mais fortalecidos no que são, no que fazem e no que podem. A aprendizagem de cada um se apóia no coletivo. Cada um, com as suas conexões, produz a sua síntese e, assim, continua mantendo a sua rica diferença.

A metodologia do estudo e viabilidade pressupõe que o mesmo seja realizado com a participação dos integrantes dos empreendimentos, bem como a investigação e a pesquisa de cada realidade específica.

Para a avaliação/monitoramento dos resultados do curso, foi elaborado um formulário que capta o perfil atual dos grupos junto aos quais os participantes estão fazendo o estudo de viabilidade. Este mesmo formulário é aplicado posteriormente, aferindo-se as mudanças ocorridas em cada grupo ao longo do tempo. As informações captadas a partir deste formulário são armazenadas em banco de dados construído pela CAPINA/UCSal.

O êxito deste curso pode ser aferido pelo interesse que tem despertado junto ao público ao qual se destina. Participaram da primeira e da segunda turmas não apenas pessoas residentes em Salvador, mas provenientes de várias cidades do interior da Bahia e de cinco estados do país (PA, MA, MG, SE e SC) A terceira turma foi realizada no Rio de Janeiro, com a participação de alunos de quatro estados do país (MG, RS, ES e RJ).

Assessoria às articulações de desenvolvimento local da economia popular

As assessorias objetivam contribuir para que os empreendimentos populares identifiquem as condições necessárias à sua viabilidade econômica e associativa. Os procedimentos adotados na assessoria envolvem três operações fundamentais. A primeira é o diagnóstico e planejamento, quando são identificados, em conjunto com o grupo assessorado, os problemas e as questões a serem tratadas. A segunda é a execução ou desenvolvimento da ação propriamente dita. Finalmente, como terceira operação, a elaboração de relatórios, sistematizando a trajetória e as conclusões do trabalho realizado. Estes relatórios são devolvidos ao grupo assessorado, contribuindo para avaliar as ações implementadas e promover os ajustes necessários.

O diagnóstico busca identificar as principais fragilidades dos empreendimentos, tanto no âmbito econômico quanto no associativo. Através dos encontros iniciais, cria-se um canal para a compreensão da real situação do empreendimento. A participação direta dos participantes do grupo constitui um fator decisivo para alcançar uma percepção mais próxima da realidade dos mesmos.

Os parâmetros utilizados são:

- Grau de organização do empreendimento no que se refere à existência de estatuto, regimento interno, atas, murais informativos, boletins, controles de contas, de produção, comercialização e etc;
- Nível de participação dos membros nos processos decisórios, ou seja, se há assembléias, reuniões periódicas e votações, observando a participação quantitativa dos associados;
- Grau de conhecimento dos associados sobre o conjunto das atividades do empreendimento, considerando os aspectos relacionados à gestão, administração, produção, comercialização e a participação qualitativa dos mesmos nos processos decisórios;
- Identificação da existência de conflitos entre os associados, observando as colocações verbais e corporais dos associados, através de técnicas de dinâmicas de grupos;
- Nível de compreensão sobre as questões relacionadas à viabilidade econômica do empreendimento, tais como: valor do investimento necessário para a implementação da atividade, reservas para depreciação e manutenção, custos fixos e variáveis, preço de venda do produto, gastos com impostos, taxas e licenças, volume de capital de giro, ponto de equilíbrio, empréstimos, custos financeiros e capacidade de pagamento.

Após a sistematização e análise das informações proporcionadas pelo diagnóstico, o passo seguinte consiste na elaboração de estratégias de intervenção, objetivando superar e corrigir as debilidades e reforçar as iniciativas positivas do empreendimento em seus aspectos econômicos e associativos.

O plano de trabalho busca definir as ações mais adequadas em consonância com o diagnóstico, identificando objetivos, estratégias, metas, atividades a serem realizadas, pessoas responsáveis, cronograma e recursos. É imprescindível que o grupo defina claramente os seus

objetivos e metas para que o plano de ação seja bem sucedido. A implementação do plano, contudo, é passível de modificações, adaptando-se à evolução do trabalho, à medida que o empreendimento se desenvolve nos aspectos organizativo, associativo e de autonomia.

Vale ressaltar que cada empreendimento tem sua peculiaridade, implicando uma assessoria mais permanente ou pontual. As assessorias realizam-se através de reuniões de trabalho com as pessoas diretamente envolvidas numa determinada situação ou problema, oficinas e cursos definidos de acordo a realidade de cada empreendimento,

A cada etapa do processo de assessoria, são elaborados relatórios para sistematizar a trajetória do trabalho desenvolvido, com informações sobre o desdobramento das atividades e anexos documentais produzidos pelos empreendimentos. Os relatórios são devolvidos aos empreendimentos assessorados, com a finalidade de avaliar as ações implementadas e ajustar as intercorrências no processo, constituindo-se, portanto, num instrumento essencial para a avaliação dos resultados da assessoria.

A participação ativa dos integrantes dos empreendimentos se constitui em fator determinante para que os objetivos conjuntamente traçados sejam atingidos. O que se busca é o desenvolvimento das relações de autonomia (e não de dependência) dos grupos, que são estimulados a pensar e planejar, com conhecimento de causa, seus próprios projetos. Isto é essencial para assegurar a qualidade do que vier a ser executado e o desenvolvimento da capacidade do grupo assessorado para diagnósticos e atuações futuras.

A assessoria se apóia na construção de um conhecimento coletivo sobre a atividade desenvolvida pelo grupo, sobre *o que se faz*. A qualidade das relações (econômicas, afetivas, políticas), vêm à tona para serem trabalhadas.

Direcionada para a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos populares, a assessoria coloca em questão o economicismo e o voluntarismo, instigando a religação econômica-política-subjetividade. Sustenta uma pedagogia: atitude de pesquisa, ordenação da observação e produção coletiva.

Entre os grupos já assessorados, encontram-se a Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe - Tranças do Mar; Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI) e a Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET).

Os grupos atualmente assessorados são: Associação de Mulheres do Engenho Velho da Federação (AMEVF) - em fase de re-organização da assessoria para atender às novas demandas; Associação de Costureiras, de Itapagipe (ASCOSI) - realização de estudo de viabilidade e apoio para elaboração de um projeto objetivando a captação de recursos; Centro Associativo de Trabalhadoras em Artesanato (CARTART) - encontra-se em processo de elaboração do estudo de viabilidade; e o Grupo de Costureiras, localizado no Nordeste de Amaralina, apoiado pelo Programa Viva Nordeste promovido pela Secretária Estadual do Trabalho e Ação Social – SETRAS, junto ao qual estamos realizando oficinas, objetivando o entendimento das condições necessárias à viabilidade econômica e associativa da atividade que pretendem implementar.

Pesquisas, textos e material didático

Em 2002, foi concluída a pesquisa sobre o Perfil do *trabalhador por conta própria na Península de Itapagipe*, realizada conjuntamente com a Comissão de Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe – CAMMPI, contribuindo para conferir maior visibilidade às ações da CAMMPI e para o fortalecimento da sua capacidade propositiva sobre as questões de trabalho e renda nesta área da cidade. Neste mesmo ano, foi concluída a pesquisa sobre o *Perfil dos usuários do micro-crédito do Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento – CEADe*, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento da sua política de micro-crédito.

Em 2003, foi realizado o mapeamento dos empreendimentos econômicos associativos localizados na RMS e no Litoral Norte da Bahia, através de pesquisa promovida pela SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, fornecendo um primeiro perfil dos empreendimentos econômicos solidários nesta região do estado.

A experiência acumulada no âmbito deste programa contribuiu para a elaboração do Termo de Referência e subsidiou a construção da metodologia de pesquisa para o Mapeamento Nacional em Economia Solidária, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho.

Entre os principais textos e publicações elaborados a partir deste programa, encontram-se o livro “Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia”, publicado pela editora Vozes, em 2000, além da produção de material didático (Cadernos de Textos e de Exercícios) voltado para o estudo de viabilidade de empreendimentos associativos, utilizados nos cursos e nas assessorias.

CONCLUSÃO

O Programa de Economia dos Setores Populares vem despertando interesses e canalizando iniciativas, através de parcerias e seminários envolvendo outras universidades, ONGs, grupos populares, pastorais sociais, organizações ecumênicas, agências de cooperação internacional e órgãos governamentais. Entre estas parcerias, destacam-se as atividades desenvolvidas conjuntamente com a CAPINA.

O curso de extensão, as assessorias e as pesquisas realizadas abastecem continuamente uma base de dados com informações relevantes para todos aqueles que, por diferentes razões, lidam e/ou se preocupam com o tema da economia dos setores populares. Voltadas inicialmente para um trabalho de extensão, as ações desenvolvidas a partir deste programa vêm suscitando desdobramentos no campo da pesquisa e do ensino, ensejando a realização de trabalhos e monografias em cursos de graduação. Estas atividades, por sua vez, contribuem para retroalimentar o trabalho de extensão, que compõe o caráter primordial deste programa.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. **Os Jogos das trocas**. Lisboa-Rio de Janeiro: Cosmos, 1985.

CORAGGIO, J. **Economia urbana. La perspectiva popular**. Quito: ILDES. FLACSO, 1998.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.